

# Expansão, crise e decadência da Educação Superior

Armindo Quillici Neto<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo busca compreender o processo de expansão da Educação Superior em dois momentos da história, no período da Reforma Universitária, em 1968 e após o período da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Os autores utilizados são os que trabalham tanto no campo da política educacional, como no campo da história da educação. Nos últimos dez anos o país saiu de 900 instituições de Educação Superior para 2.398, um crescimento significativo, mas a maior concentração está nas mãos da iniciativa privada.

**Palavras-chave:** Educação superior. Expansão. Crise. Privatização.

## Abstract

The article makes us understand the process of the expansion of higher education at two moments of the history, one is the period of the “University Reform”, in 1968, and second, after the publication of the “Law of Directives and Bases of the Education”, nº. 9.394, from 20th November 1996. In the last ten years, the country increased from 900 higher education institutions to 2.398, a significant increase but the majority of this institutions are controlled by private enterprise. The used authors are those who work either in educational politics or in history education fields. In the last ten years, the country increased from 900 Higher Education institutions to 2.398, a significant growth, but the biggest concentration is in the control of the private enterprise.

**Keywords:** Higher Education. Expansion. Crisis. Privatisation.

---

<sup>1</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Superior do Centro Universitário do Triângulo – UNITRI – Uberlândia/MG. – armindoqn@terra.com.br

## Introdução

Este artigo estabelece uma reflexão sobre a crise da Educação Superior contemporânea sob o ponto de vista da expansão, uma vez que as instituições ampliaram suas vagas após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de número 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A legislação deu condições para que as instituições pudessem ampliar o número de vagas, entendendo que havia uma grande parcela da população que necessitava de formação superior. Após dez anos de expansão e ofertas de vagas para a população, os gestores das instituições de Educação Superior são obrigados a reajustar seus planejamentos e a buscar novas alternativas de sobrevivência.

Na primeira parte do texto, serão trabalhados os temas da expansão na época da Reforma Universitária, Lei de número 5.540, de 1968, primeiro momento da expansão. A forma como o governo instituiu os grupos para a elaboração da Lei, bem como as questões econômicas e políticas que sustentaram tais idéias.

Na segunda parte do texto, apontar-se-á para a expansão da Educação Superior no final da década de 1990, por época da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de número 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Tratar-se-á dos autores que sustentam esse debate, assim como do grande abismo existente entre a realidade do ensino público e do ensino privado, sabendo que, nos últimos dez anos, o país saiu de 900 instituições de Educação Superior para 2.398, uma expansão significativa, porém a maior concentração está nas mãos da iniciativa privada.

Os estudos baseiam-se em autores que trabalham tanto no campo da política educacional, como no da história da educação: Cunha (1980), Delors (2001), Castro (2005), Cury (1998), Durham (2005), Freitas (2002), Fávero (1998), Paiva e Warde (1994), Ristoff (1999), Silva Júnior (2001), Schwartzman (2005), Romanelli (1984), Jesine (2006), Saviani (1997), Germano (2000) e outros.

O texto trata ainda da crise que se estabeleceu no interior das instituições, uma vez que há concorrência, tendo como consequência o enxugamento no quadro docente, especialmente no número de professores com titulação de doutorado.

### A expansão da Educação Superior<sup>2</sup> na Reforma Universitária de 1968

Para tratar da expansão da Educação Superior no Brasil, faremos um recorte no tempo e tomaremos o período que se inicia com a Lei da Reforma Universitária, em 1968, porém, não podemos omitir as tentativas de implantação de Cursos Superiores desde os Jesuítas. Especificamente com a presença da indústria e do liberalismo eco-

2 Utiliza-se o termo Ensino Superior, quando se trata de eventos ocorridos antes da publicação da LDB/9.394/96. Após a publicação da mesma Lei, utiliza-se o termo Educação Superior.

nômico, já nas décadas de 1920 e 1930, percebe-se um movimento de reorganização do ensino superior. Ao descrever a proposta de Fernando de Azevedo, Cunha (1986) diz que a universidade seria a divulgadora da cultura a toda a população através dos professores do ensino secundário que deveriam ser formados por ela. A influência de Dewey, a propagação do Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a criação da Associação Brasileira de Educação – ABE foram elementos que colaboraram para instalação de uma nova estrutura de ensino superior, a criação da universidade.

Um importante momento da expansão da Educação Superior no Brasil data da década de 1960, particularmente por ocasião da elaboração da Lei da Reforma Universitária, de número 5.540, em 1968. Momento em que o país se debruçava sobre o desenvolvimento da industrialização, mas que, ao mesmo tempo, vivia sob as normas do Regime Militar. Sendo assim, a reforma do Ensino Superior se fez num espaço de disputas de forças internas, tanto no campo da política, da cultura, como também no campo da economia. Tal realidade se caracterizou como um momento próprio de crise do mundo capitalista que se refletia na realidade brasileira.

O modelo arcaico de Ensino Superior não conseguia dar conta dos anseios das classes sociais que detinham o poder naquele momento. Assim, o país buscou soluções em um novo modelo de universidade, fundado nos princípios da racionalidade moderna e do mundo industrializado.

Jesine (2006, p. 55) sustenta essas inferências, dizendo que:

[...] isso significava romper com as próprias estruturas sociais arcaicas, por cujo meio mantinham sob controle o poder econômico, cultural e político. Neste sentido, a reformulação da universidade redefiniu-se como problema político, pois não bastava acreditar na *racionalidade burguesa* e aplicar soluções técnicas para problemas estruturais.

O modelo de Ensino Superior que se implantou a partir da década de 1960 foi o que mais se aproximou dos interesses do Norte da América, o país estabeleceu o convênio MEC-USAID, que dispunha sobre um acordo de cooperação, o Brasil recebia apoio técnico para a reformulação de seu sistema de educação. Para elaboração da Lei da Reforma Universitária, foi instituído um Grupo de Trabalho<sup>3</sup>, pelo de decreto do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva. O decreto estabelecia o prazo de 30 dias para que o grupo concluísse os estudos sobre a Reforma Universitária<sup>4</sup>.

3 Segundo Saviani, o Grupo de Trabalho ficou assim constituído: Fernando Bastos de Ávila, Fernando Ribeiro do Val, João Lira Filho, João Paulo dos Reis Veloso, Newton Sucupira, Roque Spencer Maciel de Barros e Valnir Chagas. (...), posteriormente, o deputado Haroldo Leon Peres (SAVIANI, 1997, p. 22).

4 “Na esteira dos Acordos MEC-USAID foi constituído um grupo de trabalho denominado Equipe de assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (Eapes). Tal equipe também produziu um documento, concluído em 1968, que continha análises sobre a educação brasileira e proposições acerca da reforma universitária. O Relatório partia do pressuposto de que a educação era essencial ao desenvolvimento econômico da sociedade e sugeria a adoção de medidas já comentadas anteriormente, como: sistema de créditos, organização departamental, ciclo básico e ciclo profissional, etc. Ao lado disso, concedia também grande ênfase à privatização do ensino. Esta seria uma forma de expandir as oportunidades educacionais, à medida que as escolas privadas completassem a ação do Estado no campo educacional” (GERMANO, 2000, p. 123).

Saviani (1997, p. 21) informa que os estudos tinham por objetivo garantir a “eficiência, modernização e flexibilidade administrativa” da universidade brasileira.

Após algumas emendas ao projeto enviado pelo executivo, o Congresso aprovou o texto elaborado pela comissão e enviou-o para o Presidente da República, que sancionou a Lei com alguns vetos, em 28 de novembro de 1968, datando sua implantação pelo Decreto-Lei 464, de 11 de fevereiro de 1969.

O processo de elaboração da Lei da Reforma Universitária não contou com a participação dos seguimentos da população mais interessada no ensino superior, principalmente a dos estudantes. Saviani (1997, p. 22) afirma que apesar dos esforços do governo para obter a participação oficial dos estudantes, estes se recusaram a participar. A razão da não participação estudantil na elaboração da Reforma Universitária se deu porque estes eram os únicos a resistir contra o regime militar.

Sendo assim, a primeira etapa da expansão do ensino superior ocorreu com a criação das instituições isoladas, ou seja, a iniciativa privada e os municípios participaram do crescimento no número de instituições brasileiras entre as décadas de 1960 e 1970.

O Grupo de trabalho denominado Equipe de assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES) trouxe algumas recomendações ao ensino superior, propôs a criação de universidades particulares com ajuda do governo e com a exigência para assegurar vagas a alunos pobres. Recomendava, também, que os recursos financeiros deveriam ser empregados no ensino oficial. Germano (2000) faz a seguinte reflexão: “Embora recomende que a escola privada deva lutar “pela sobrevivência”, abre uma possibilidade de esta receber auxílios do governo visando assegurar nelas vagas para os alunos pobres” (GERMANO, 2000, p. 124)”.

A Reforma Universitária patrocinada pelo regime militar, segundo Jesine (2006, p. 59),

[...] representou elemento de consenso e de dominação entre as forças do estado intervencionista e a luta de movimentos advindos da sociedade civil e do interior da própria universidade, de modo que incorpora, embora de forma desfigurada, experiências e demandas anteriores. As recomendações dos assessores do Acordo MEC-USAID, do Consultor Atcon, e da Comissão Especial presidida pelo General Meira Mattos, destacavam vínculo direto entre educação e mercado de trabalho, sob a concepção da “teoria do capital humano” [...].

No âmbito político, a Reforma Universitária aconteceu mais por uma reação conservadora contra as reivindicações estudantis e da sociedade civil, uma vez que a esta e os representantes dos estudantes não puderam participar da elaboração da lei. Romanelli aponta que:

5 Segundo Jesine (2006), a teoria do capital humano é uma teoria (Theodor Schultz, 1973) que se desenvolve nos EUA e Inglaterra nos anos de 1960 e no Brasil nos anos 70, no contexto das teorias do desenvolvimento após a II Guerra Mundial, em que o capital humano passa a ser o elemento básico (JESINE, 2006, p. 59).

[...] a racionalização, a eficiência e a produtividade tornam-se valores absolutos: têm validade em si e por si mesmos. A racionalidade técnica procura sobrepor-se a qualquer opção de ordem política e a neutralizar o processo de inovação de qualquer ingerência de caráter ideológico. Essa é uma opção obviamente ilusória, pois que a técnica não ocorre no vazio, mas num determinado contexto histórico-político-econômico. A pretensa neutralidade técnica é uma farsa, que busca camuflar, com a racionalidade das decisões técnicas, o fortalecimento de uma determinada estrutura de poder que procura, sob várias formas, substituir a participação social pela decisão de poucos (ROMANELLI, 1984, p. 231).

Portanto, a primeira etapa da expansão teve lugar no momento em que o país realizava parcerias internacionais para sustentar o desenvolvimento e o progresso, que eram metas claras do novo regime. O país incentivou o trabalho nas indústrias e também a saída do homem do campo, provocando o crescimento desordenado das cidades.

Na década de 1960, por ocasião da Reforma, a universidade adotou o modelo da modernização, tornando complexa a sua estrutura administrativa e camuflando uma visão conservadora e tecnocrática. Como comenta Jesine (2006, p. 61), ocorreu o distanciamento entre o planejamento e a execução, bem como, entre a teoria e a prática, e a idéia principal foi a de sustentação do rendimento, da eficiência e da produtividade. Todas as ações sustentadas pelo ideal norte-americano.

## A expansão da Educação Superior após a LDB 9.394/96

Para tratar das mudanças na política da Educação Superior nos últimos dez anos, tomaremos a data da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB -, de número 9.394, de 20 de dezembro de 1996, como marco para nossa análise. Nesse período, temos de considerar os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, momento em que tivemos algumas mudanças na Educação Superior. Ao mesmo tempo em que se apregou a busca de sua qualidade da educação, percebeu-se que existe uma grande crise que assola a Educação Superior no Brasil, a chegada das massas populares nos bancos universitários em contraponto com o discurso da qualidade de ensino.

A população da Educação Superior registrou crescimento assustador durante a segunda metade do século XX. Delors (2001, p. 140) aponta que, na década de 1970, a população mundial deste seguimento de ensino era de 28 milhões de estudantes, sendo que no final do mesmo século, esse público passou para mais de 70 milhões. No entanto o autor ainda pontua que há desigualdades visíveis em muitos países, e há dificuldades para estabelecer equiparação entre os países pobres e países ricos.

No Brasil, na década de 1990, a Educação Superior atingiu marcas importantes, notadamente no período após a publicação da LDB, de número 9.394/96. Nela

evidenciou-se a criação dos Centros Universitários; a autonomia das Universidades; a ampliação das vagas nas instituições privadas de Educação Superior; a criação dos Institutos Superiores de Educação, como local específico para a formação de professores da Educação Básica e a exigência de que, até 2007, os professores da Educação Básica deveriam ter formação superior; bem como a criação dos sistemas de avaliação da Educação Superior, o Provão<sup>6</sup>, o SINAES<sup>7</sup>, o ENADE<sup>8</sup> etc<sup>9</sup>, contudo, no início da primeira década do século XXI, foi que houve a expansão mais significativa das instituições de Educação Superior.

Outro elemento importante é que a Lei de 1996 provocou uma corrida de profissionais que já atuavam na Educação Básica, bem como de outros seguimentos, em busca de formação na Educação Superior. Os dados do Ministério da Educação apontam para um rápido crescimento das instituições privadas de Educação Superior, fato que veio a modificar de forma significativa a educação brasileira. Este setor foi responsável pelo maior crescimento na Educação Superior. Eunice R. Durham (2005) mostra os índices de crescimento da iniciativa privada e informa que:

[...] a participação deste setor (privado), que oscilava em torno de 60% entre 1980 e 1998, atingiu 69% em 2001, com o crescimento de 115% no total das matrículas. Também, como na década de 1970, o setor público cresceu muito menos, 36%. No conjunto do sistema, sua participação caiu de 41,6% em 1994 para 31% em 2001. Esta expansão ocorreu em todas as regiões do país, com exceção do Nordeste (DURHAM, 2005, p. 230).

Os dados da tabela abaixo justificam os argumentos de Durham (2005) e Delors (2001) sobre o crescimento das instituições de Educação Superior, que, de certa forma, caracteriza-se pela rapidez, pois, em menos de dez anos, saímos de 900 IES, em 1997, para 2.398, em 2006. O índice pode não ser significativo pela porcentagem de alunos que frequenta a Educação Superior, se comparados com o total da população, que está em torno de 12%, mas é significativo o percentual do crescimento a cada ano:

Total de Instituições de Educação Superior por ano

1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
900	973	1.097	1.180	1.391	1.637	1.859	2.013	2.165	2.398

Fonte Mcc/Inep.

6 Programa de avaliação da Educação Superior criado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

7 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

8 ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

9 Em artigo publicado em 1998, Carlos R. Jamil Cury já apontava que um dos avanços significativos da LDB 9.394/96 foi a *Flexibilidade. Diminuem os controles cartoriais, a burocracia pode tornar-se bem mais reduzida* (CURY, 1998, p. 75).

Na década de 1990, a universidade brasileira já era alvo de críticas e alguns educadores já anunciavam a necessidade de sua adequação a um novo modelo de formação de profissionais. Com o crescimento das tendências de privatização do mercado mundial da época, foi se observando a necessidade das instituições brasileiras adotarem o modelo semelhante<sup>10</sup>. Em 1994, em artigo sobre a Educação Superior nos anos 1990, Paiva e Warde (1994) já indicavam a tendência mundial da privatização da Educação Superior. Expunham a crise pela qual a educação passava, e a solução ficava cada vez mais distante, uma vez que a economia não sustentava as condições para as mudanças necessárias:

Sobre a mesa para debate não está apenas o chamamento ao setor privado para que se expanda e funcione como empresa lucrativa sem subsídio governamental, ampliando e diversificando a oferta de educação superior, mas a maior produtividade e eficiência do sistema público existente (PAIVA e WARDE, 1994, p. 18).

As autoras citadas já anunciavam a grande crise pela qual a universidade passava e justificavam a necessidade da expansão da Educação Superior por meio da iniciativa privada. Paiva e Warde (1994, p. 19) falavam que estávamos “diante de um avanço de posições favoráveis a uma redistribuição de responsabilidades que empurram no sentido do regionalismo e do localismo”. Por um lado, foi o que de fato aconteceu, porquanto há faculdades nas localidades mais longínquas do país, cada região está se preocupando em atender os estudantes em potencial, facilitando-lhes o acesso à Educação Superior. Por outro lado, nos últimos dez anos, observa-se o crescimento das grandes instituições de ensino. A *distribuição de responsabilidades*, conforme exposto, muitas vezes, não ocorreu, pois, na disputa pelo aluno, as grandes redes de Educação Superior são capazes de oferecer melhores condições para o pagamento das mensalidades, fazendo com que cresçam com mais rapidez.

#### Total de Instituições de Educação Superior por Organização acadêmica

INSTITUIÇÕES	ANO:2006
Faculdades	2.036
Centros Universitários	185
Universidades	177
<b>Total</b>	<b>2.398</b>

Fonte Mec/Inep.

10 Em 1999, cerca de 75% das 873 instituições de Educação Superior já pertenciam à iniciativa privada (RISTOFF, 1999, p. 187).

O discurso que sustentou tais posições foi o da democratização das universidades brasileiras, principalmente o acesso à Educação Superior. A justificativa se fundava na abertura política e nas mudanças da economia, tanto mundial como na local. Porém já havia um modelo previamente pensado para tais mudanças. No que concerne ao papel das universidades, tratava-se de uma nova proposta de organização institucional:

Tudo indica, pois, que estamos diante de um movimento que vai na direção contrária ao modelo humboldtiano de entrelaçamento entre ensino e pesquisa. O modelo americano de Educação Superior de massa com cobertura tendencial universal, por meio de instituições públicas e privadas dedicadas fundamentalmente ao ensino e universidades de elite destinadas a formar as camadas dirigentes por intermédio de cursos que combinam a formação profissional com uma ampla base geral e humanística (modelo Chicago) e nas quais também se realiza a pesquisa realmente importante e bem financiada, parece se espalhar pelo mundo (PAIVA e WARDE, 1994, p. 35).

Por um lado, o modelo universitário fundado nos princípios humboldtiano<sup>11</sup> estava sendo questionado, seus defensores procuravam associar o ensino e a pesquisa e, por outro, a crítica era feita aos que pretendiam buscar um novo modelo norte-americano. O contexto da Educação Superior, nos anos de 1990, traduziu-se pela crise de sua identidade, ou seja, a necessidade de encontrar o seu papel no cenário mundial. O que se adotou foi o comprometimento com o modelo norte-americano e o grande incentivo para a criação de universidades privadas. Está aí o crescimento do número de instituições, porém não sabemos se haverá alunos para sustentá-las dentro de mais algum tempo. Pode-se afirmar que estamos chegando ao momento que se encaminha para a redução das matrículas na Educação Superior?

Em 2005, “o setor privado absorve mais de 67% das matrículas e abrange 83% das instituições de Educação Superior” (CASTRO, 2005, p. 241). É possível identificar dois caminhos para a Educação Superior privada, sendo que o primeiro deles é o de que a iniciativa privada adote uma postura de valorização das ações acadêmicas, da autonomia do trabalho docente e a ampliação das estruturas para o ensino e o investimento na pesquisa científica como fundamento de todo o trabalho desenvolvido. O outro caminho é o da busca do lucro como principal meta da existência da Educação Superior, daí, então, as dificuldades no investimento das ações acadêmicas. Trata-se da adaptação do neoliberalismo aos novos modelos de universidade que surgiu no governo Collor e Fernando Henrique, e que se sustentou no governo Lula, conforme aponta Fávero (1998).

11 Wilhelm Von Humboldt (1767-1835) iniciou seus estudos universitários em 1787, na Universidade de Frankfurt, transferindo-se para a Universidade Reformista de Göttingen, a fim de estudar direito e filologia clássica. Seus estudos foram influenciados pelo pensamento de Kant, pelas leituras da Antiguidade clássica e pelas idéias de Friedrich August Wolf sobre a filologia e educação. Fez parte do círculo de Weimar, tornando-se amigo de Goethe e Schiller. Segundo Humboldt, experiência significa levar continuamente as observações do homem sobre o mundo e a vida para a vida mental interior, que é o centro da aprendizagem. Aprender é nada mais do que “correspondência contínua entre o nosso modo de ser e o nosso modo de julgar”, isto é, nossa existência na práxis e na teoria (PALMER, 2005, p. 104).

## Número de IES públicas e privadas nos últimos anos

INSTITUIÇÕES	2003	2004	2005	2006
<b>IES Pública</b>	207	224	236	257
<b>IES Privada</b>	1.652	1.789	2.078	2.141

Fonte Mec/Inep.

Um dos grandes problemas da Educação Superior tanto pública como privada é que parte significativa das vagas oferecidas pela iniciativa privada fica ociosa, e o governo tem buscado criar, timidamente, programas especiais de financiamento para preenchimento de tais vagas<sup>12</sup>. Porém sabe-se que há instituições que estão prestes a fechar as portas por não conseguirem lidar com as vagas ociosas, o econômico vem trazer um novo momento na vida da Educação Superior, o que caracteriza o estabelecimento de uma crise neste segmento da educação.

## Da expansão à crise da Educação Superior

Como já anunciado no tópico anterior, a expansão da Educação Superior, ocorrida entre 1996 e 2005, teve a maior participação da iniciativa privada, diferentemente da Europa, “onde 85% das matrículas ainda estão nas instituições públicas” (CASTRO, 2005, p. 242). A lógica do mercado e de Estado mínimo sustentou tal crescimento, contudo cabe saber como as instituições irão lidar com as conseqüências do crescimento, sobretudo com a concorrência e, naturalmente a diminuição do número de alunos.

Sabemos que, após 1996, houve uma corrida de profissionais que precisavam buscar o aperfeiçoamento, a formação em Educação Superior. Como exemplo, o fato de que, até 2007, todos os professores da Educação Básica deveriam ter formação superior, como conseqüência, as professoras da Educação Infantil e as professoras das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental foram obrigadas a buscar o curso de formação de professores, primordialmente, o de Pedagogia, ou o Normal Superior.

A pergunta que se faz necessária no momento é sobre qual será a postura das instituições, uma vez que a tendência do mercado poderá ser a diminuição do número de alunos. Nos últimos dez anos, a Educação Superior contou com uma clientela que necessitava de formação superior para se manter no mercado de trabalho, agora,

12 Destaca-se, ainda, o Programa Universidade para Todos, que busca equilibrar a precária situação da maioria das instituições de educação superior privada (setor com 35,7% de vagas ociosas contra 5% do setor público) por meio de financiamento, a alunos carentes, de vagas em universidades privadas em troca de isenção fiscal. Tal fato, ínfimo em relação ao que expusemos até então, já mostra os fundamentos culturais que embasam as orientações políticas da reforma mercantil da instituição universitária. O Programa Universidade para todos é um simulacro, que busca atender a uma demanda social por meio de uma política econômica (SILVA JUNIOR, 2005, p. 63).

poderá ocorrer uma redução natural, e as vagas da Universidade serem procuradas somente por aqueles que concluirão o Ensino Médio. O crescimento no número de instituições de Educação Superior provoca a redistribuição das vagas, fazendo com que muitas instituições vão diminuam o número de sala de aulas.

Outro fenômeno ocorrido nos últimos dois anos é o esvaziamento do número de professores da Educação Superior, visto que as instituições têm buscado reduzir o número de docentes em consequência da redução do número de estudantes. O que se percebe é a busca da otimização dos recursos existentes. As instituições privadas não manterão professores “ociosos” em seus quadros, visto haver encargos, e a principal fonte de recursos é o pagamento da mensalidade do aluno.

Segundo dados internacionais:

[...] no Brasil, o governo não oferece nenhum programa de bolsas de estudo com base no mérito ou na necessidade econômica para estudantes de graduação fora do setor público. O ProUni, que está sendo introduzido em 2005, pode preencher parcialmente esta lacuna, oferecendo bolsas com base na necessidade econômica – na verdade, conjugando critérios de rede escolar de origem (tem que ser pública) e de proporcionalidade “étnica” da população (CASTRO, 2005, p. 260).

O que se identifica, no momento, é o início de uma crise que poderá se agravar ainda mais com o fechamento de cursos e de instituições superiores, especialmente os de formação de professores. Em decorrência da redução na procura por vagas, muitos docentes serão dispensados de seus postos de trabalho, provocando uma crise de desemprego entre aqueles da Educação Superior, particularmente os mais titulados, porque custam mais para as mantenedoras<sup>13</sup>.

Se tomarmos o documento da UNESCO<sup>14</sup>, que estabeleceu os quatro pilares da educação para o século XXI, e considerarmos a expansão da Educação Superior no Brasil, percebe-se que há uma grande discrepância entre os princípios e objetivos e o que na prática vem sendo realizado, pois aqui não se tem claro o objetivo sobre o papel da educação. Muitas instituições não têm levado a sério sua responsabilidade com a sociedade, com a ética e os compromissos com os impostos e transparência administrativa. Sendo assim, o resultado dessa mentalidade sobre os negócios da Educação Superior resulta na situação em que muitas instituições estão vivendo no momento, numa grande crise.

13 As instituições privadas de Educação Superior têm procurado reduzir seus currículos, fundindo disciplinas de turmas com natureza de conhecimento muito variada, ou seja, turmas da área de saúde estudando juntas com alunos da área de humanas, impedindo que o professor faça uma aproximação ou reflexão sobre o conhecimento de uma determinada área especificamente. Tais práticas, muitas vezes carregam o argumento da mudança em função de um novo projeto pedagógico, o que não é verdade, porque as mudanças são realizadas para diminuir o custo das instituições.

14 Delors, Jacques. *Educação: Um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo, Cortez; Brasília, DF. MEC, UNESCO, 2001, 5ª. Edição.

O Documento da UNESCO que sustenta os principais aspectos da educação para o século XXI, indica quatro tópicos necessários para a formação das pessoas: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser” (DE-LORS, 2001, p. 90). Cada momento está sedimentado em argumentos fortes, que formam os princípios da educação para as novas gerações. No caso da Educação Superior no Brasil há que se pensar seriamente sobre os princípios fundamentais da formação do cidadão e sua relação com a sociedade. Da forma como as instituições têm se comportado para reduzir custos, corre-se o risco de cair em descrédito diante da sociedade<sup>15</sup>.

## Considerações

Com a superação do período autoritário, os governos que se seguiram tentaram estabelecer mudanças nos vários campos da organização social, notadamente no campo da educação. Alguns documentos foram fundamentais para a transição da Educação: a nova Constituição de 1988, o Plano Nacional de Educação – PNE - e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de número 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Desde o governo Sarney, identifica-se, nos campos da política, da economia e da educação, um período de transição que se estabelece, à medida que se quer superar o período do Regime Militar e criar uma nova perspectiva sobre a organização da sociedade em geral. Segundo Vieira (2000), “a expressão transição tem sido adotada para caracterizar períodos marcados por forte ambigüidade, resultante da coexistência de elementos de cada um dos pólos entre os quais se transita: o pólo autoritário e o pólo democrático” (VIEIRA, 2000, p. 20).

No entanto, temos de perguntar: em que medida as intenções, os projetos e a legislação conseguiram concretizar-se em mudança na prática escolar nos últimos anos? A prática da escola e do professor não se modificou com tanta intensidade como se previa, é o que caracteriza o distanciamento entre projeto e prática, entre princípio e ação da escola no Brasil. Os governos democráticos, ao realizarem a opção ideológica pelo Neoliberalismo, bem como muitos dos educadores por uma educação pragmática, deixaram escapar a oportunidade de realmente transformar a educação e o país.

---

15 A prática educativa de grande parte das instituições de ensino não está pautada em princípios claros sobre a formação de pessoas, a organização das instituições não permite transparência nas decisões, a forma de gestão é sempre autoritária e seus currículos não propiciam crescimento e mudanças para a formação da sociedade contemporânea. Muitas instituições isoladas de ensino, que têm como modelo administrativo os “Conselhos Superiores” ou “Conselhos Administrativos”, com participação de membros da comunidade, que, na verdade ficam a cargo de grupos que não se renovam e que, muitas vezes, são vinculados a outras associações. Esse tipo de gestão administrativa permite que as pessoas fiquem enclausuradas em suas vaidades e pensem a instituição a partir de seus próprios benefícios ou da projeção de seu próprio nome na comunidade. É necessário, portanto, o estabelecimento de normas claras para as mantenedoras, do contrário não haverá mudança na Educação Superior, haverá sempre a desvalorização do professor e dos projetos pedagógicos que poderiam melhorar a qualidade do ensino. É necessário que seja repensado o modelo de gestão da Educação Superior.

No decorrer deste trabalho, pudemos observar que a educação brasileira vive uma crise profunda, tanto na organização de sua estrutura, como no seu projeto de formação. O crescimento desordenado de instituições de Educação Superior veio provar que a opção econômica e ideológica do país está centrada na idéia de um capitalismo adaptado aos novos tempos, com o sustento ideológico no pensamento Neoliberal, o distanciamento do Estado diante das obrigações sociais e o de repassar a responsabilidade com a educação para setores privados da sociedade.

O crescimento no número de instituições de Educação Superior no Brasil revela a opção ideológica dos governos das duas últimas décadas, na tentativa de dar oportunidade de ingresso ao maior número possível de pessoas. No entanto, há que se questionar sobre a qualidade do trabalho pedagógico desempenhado no interior dessas instituições, quais os seus princípios e seus projetos para a educação. Em tempos de busca da equidade social, há que se ponderar sobre as condições e as competências da escola.

## Referências

- BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Mec/Inep. **Censo da Educação Superior**. 2004.
- CASTRO, Maria Helena de Magalhães. Estado e mercado na regulação da educação superior. In: Schwartzman, Simon e Brock, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporária: Da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1986.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação Superior na nova Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. Uma nova Reforma? In: Catani, Afrânio Mendes (Org.). **Novas perspectivas nas políticas de Educação Superior na América Lática no limiar do século XXI**. Campinas.SP. Autores Associados. 1998.
- Delors, Jacques. **Educação: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo, Cortez; Brasília, DF. MEC, UNESCO, 2001, 5ª Edição.
- DURHAM. Eunice R. Educação Superior, pública e privada (1808 – 2000). In: Schwartzman, Simon e Brock, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A Dimensão Histórico-Política da Nova Lei de Diretrizes e Bases e a Educação Superior. In: Catani, Afrânio Mendes (Org.). **Novas perspectivas nas políticas de Educação Superior na América Lática no limiar do século XXI**. Campinas. SP. Autores Associados. 1998.
- FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação de Professores No Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Revista Educação e Sociedade**. v. 23. Nº. 80. Campinas. Set. 2002.

- JEZINE, Edineide. **A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João Pessoa. UFPB. Editora Universitária. 2006.
- PAIVA, Vanilda. WARDE, Mirian Jorge (Orgs.). **Dilemas do ensino superior na América Latina**. Campinas:SP. Papius, 1994.
- PALMER, Joy A. **50 grande educadores**. São Paulo. Contexto, 2005.
- RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis. Insular. 1999.
- ROMANELLI, Oraiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro. Vozes. 1984.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP. Autores Associados. 1997.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis. SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da Educação Superior no Brasil**. São Paulo. Cortez. Bragança Paulista. 2001.
- \_\_\_\_\_. **Pragmatismo e populismo na educação superior: Nos governos FHC e Lula**. São Paulo. Xanã, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A regulação social no Brasil de Lula por meio da Educação**. In **Políticas Públicas Educacionais**. O governo Lula em questão. Belém. CEJUP. 2006.
- SCHWARTZMAN, Simone Brock, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005.
- VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional em tempos de transição (1985 – 1995)**. Brasília. Editora Plano. 2000.

Recebimento em:	20/02/2008
Aceite em:	16/03/2008